

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS NO AMBIENTE DIGITAL, TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E PROTEÇÃO JURÍDICA

SEXUAL VIOLENCE AGAINST PEOPLE WITH DISABILITIES: CHALLENGES IN THE DIGITAL ENVIRONMENT, ASSISTIVE TECHNOLOGIES, AND LEGAL PROTECTION

Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos ¹

Amanda Pereira Risso Saad ²

Arino Faria da Silva ³

Ady Faria da Silva ⁴

Graciele da Silva ⁵

Resumo: A violência sexual contra pessoas com deficiência constitui um fenômeno de elevada complexidade, com implicações profundas para os direitos humanos. Este estudo teve como objetivo aprofundar a compreensão dessa problemática, caracterizando e analisando a violência sexual dirigida a essa população, bem como avaliando a eficácia das salvaguardas jurídicas disponíveis. A revisão bibliográfica

¹ Farmacêutico Bioquímico, Mestre e Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador Sênior Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste (PPGSD), da Faculdade de Medicina (FAMED) da UFMS.

² Doutoranda pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste. Campo Grande, MS. Bolsista Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 pelo fomento à presente pesquisa. <http://orcid.org/0000-0001-8527-4366>.

³ Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1993) e Mestrado em Medicina pela Fundação Cardiovascular São Francisco de Assis (1998). Atualmente é professor colaborador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atuando principalmente nos seguintes temas: circulação extracorpórea, ventrículo esquerdo, cirurgia, coração isolado, insuficiência miocárdica, transplante e efeitos adversos. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). <http://orcid.org/0000-0002-9419-2052>.

⁴ Possui graduação em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (1996). Advogado atuante nas áreas civil, trabalhista, previdenciário e criminal. Curso para Doutorado pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. <http://orcid.org/0009-0002-6496-950X>.

⁵ Possui graduação em Direito - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (2011). Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (2013). Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (2015). Mestre em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste. Área de concentração saúde e sociedade, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2022). Doutoranda em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. <http://orcid.org/0000-0001-8430-9491>.

abrangeu diferentes bases de dados e contemplou estudos nacionais e internacionais, evidenciando que as mulheres com deficiência enfrentam maior incidência de abuso, perpetrado por parceiros íntimos, profissionais cuidadores e familiares. A análise demonstrou, ainda, que o ambiente digital representa um espaço tanto de risco quanto de proteção. Ferramentas tecnológicas assistivas, como aplicativos de denúncia e recursos educacionais acessíveis, despontam como estratégias promissoras no enfrentamento da violência sexual. No entanto, persistem lacunas no acesso digital e na responsabilização de agressores em ambientes virtuais, o que exige atenção específica. Conclui-se que a interseção entre deficiência, violência sexual e tecnologia impõe a necessidade de políticas públicas integradas, que considerem as particularidades do meio digital na proteção das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Violência sexual. Pessoa com deficiência. Proteção legal. Tecnologia assistiva. Meio digital.

Abstract: Sexual violence against people with disabilities is a highly complex phenomenon with profound implications for human rights. This study aimed to deepen the understanding of this issue by characterizing and analyzing sexual violence directed at this population and assessing the effectiveness of available legal safeguards. The literature review included several databases and examined both national and international studies, showing that women with disabilities face a higher incidence of abuse, perpetrated by intimate partners, caregivers, and family members. The analysis also demonstrated that the digital environment represents both a space of risk and a sphere of protection. Assistive technologies, such as accessible reporting apps and inclusive educational resources, have emerged as promising strategies to combat sexual violence. However, gaps remain in digital access and in holding perpetrators accountable in virtual settings, demanding targeted action. It is concluded that the intersection between disability, sexual violence, and technology requires integrated public policies that address the specificities of digital contexts in protecting people with disabilities.

Keywords: Sexual violence. Persons with disabilities. Legal protection. Assistive technology. Digital environment.

Recebido em: 25/08/2025

Aceito para Publicação em: 29/01/2026

1 INTRODUÇÃO

A problemática da violência sexual contra pessoas com deficiência emerge como um desafio complexo e urgente, demandando uma abordagem holística. Diante de mais de um bilhão de indivíduos que enfrentam obstáculos funcionais em suas vidas diárias, conforme apontado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a amplitude

desse cenário é evidente. Além disso, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2014, ampliou a conceituação de deficiência para abranger impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. A convergência desses fatores, aliada a diversas barreiras, pode comprometer significativamente a plena participação na sociedade (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2014; World Health Organization, 2012).

Deste modo, a violência sexual contra a pessoa com deficiência, ocorre quando envolver coerção, intimidação, chantagem ou ameaças, e pode ser realizada por qualquer pessoa (Mendes, Denari 2021). As pessoas com deficiência enfrentam maior risco de sofrer violência, em razão de fatores como a dependência e a assimetria de poder em relação a familiares e cuidadores, além de barreiras de comunicação, estereótipos e estigma, e de certo modo a violência contra pessoas com deficiência está ligada a vulnerabilidade social. A violência sexual segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2025) afeta mais mulheres com deficiência intelectual.

No contexto brasileiro, estudos como o de Bandeira *et al.* (2023) destacam a ocorrência significativa de violência física, psicológica e sexual contra pessoas com deficiência, especialmente em áreas rurais, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas adaptadas à realidade nacional. Esse cenário específico reforça a importância de compreender a deficiência não apenas sob o prisma médico, mas também como um fenômeno social e político que envolve a interação dinâmica entre o indivíduo e o ambiente.

Essa perspectiva da deficiência ressalta a interação entre o indivíduo e o ambiente, distanciando-se de uma visão meramente centrada na saúde para considerá-la um fenômeno social e político. Isso desvincula a deficiência das noções tradicionais de incapacidade e limitação, ampliando o debate para questões de inclusão, direitos e cidadania (Nobrega *et al.*, 2021).

O debate em torno da deficiência visa instigar uma transformação no tratamento e na atitude para com essas pessoas, garantindo seus direitos sem discriminação ou exclusão (Bublitz, 2012).

A abordagem legal reforça o princípio da dignidade da pessoa humana, baseado em uma compreensão multidimensional e inclusiva da dignidade. Frequentemente, as pessoas com deficiência deparam-se com barreiras sociais que prejudicam sua plena participação na sociedade, demandando uma análise da deficiência sob a égide do princípio de justiça social. Isso requer que o Estado intervenha para proteger essa população contra todas as formas de violência (Bublitz, 2012).

Nesse contexto, a violência sexual, frequentemente dirigida a mulheres com deficiência, viola a dignidade das vítimas e ameaça seus direitos humanos. Estudos indicam que aproximadamente uma em cada três pessoas com deficiência foi vítima de violência física e/ou sexual ao longo de suas vidas (Dunkle *et al.*, 2020).

O impacto do abuso sexual é profundo, gerando sentimento de culpa, abandono e perda de confiança nas relações interpessoais, resultando em medo e impotência. Essas experiências podem desencadear reações de estresse e sintomas traumáticos (Amelink *et al.*, 2021).

Assim, é fundamental garantir a proteção das pessoas com deficiência contra o abuso sexual em diversos contextos, como residências, ambientes públicos, escolas e, cada vez mais, no ambiente digital. A assistência voltada à prevenção e combate a essa violência tem evoluído, mas é evidente a necessidade de ferramentas mais eficazes para lidar com essa forma de violência contra esse grupo vulnerável. No meio digital, riscos de exposição, exploração sexual e assédio virtual aumentam, exigindo estratégias específicas de proteção e educação.

2 MÉTODO

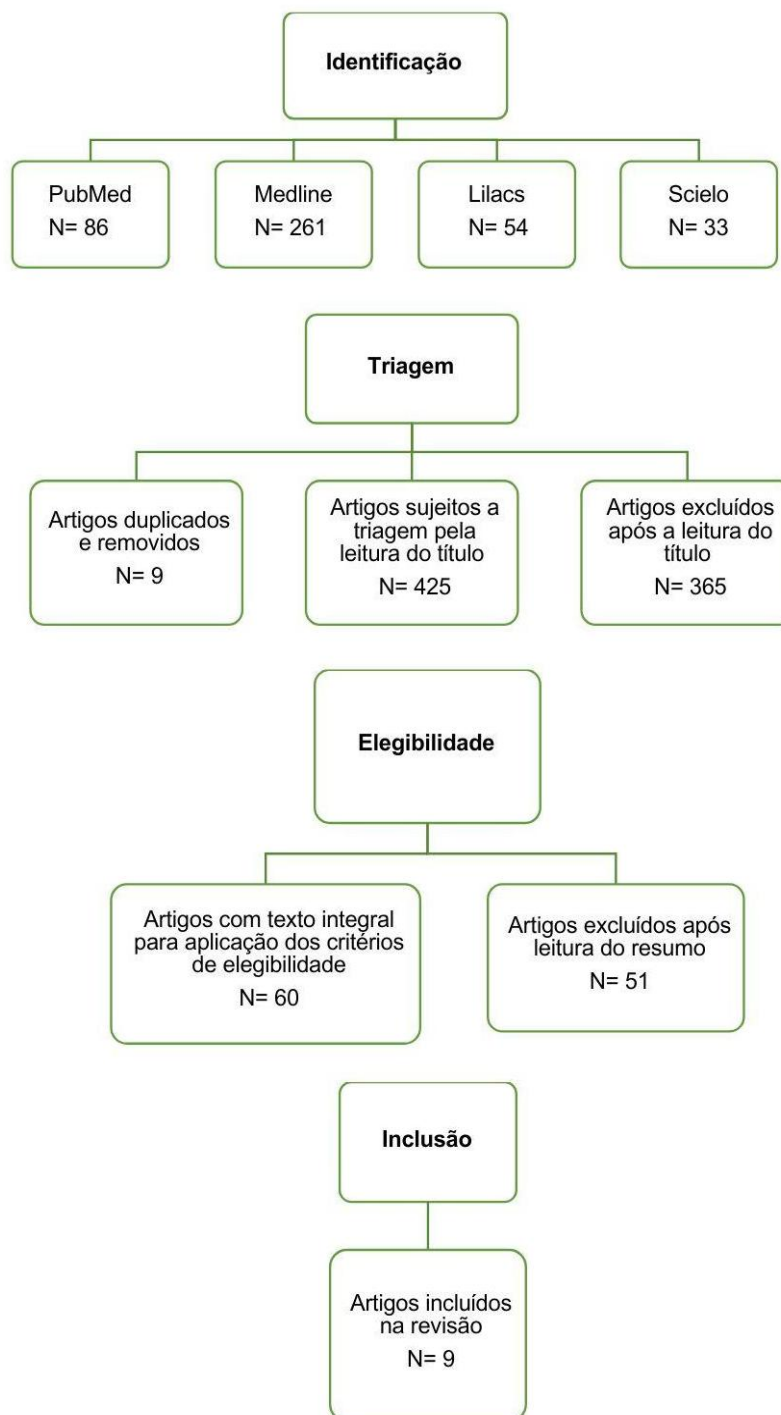
Este estudo constitui uma abordagem abrangente por meio de uma revisão bibliográfica, a partir dos tópicos de pesquisa *violência* e *pessoa com deficiência*, ambos escolhidos após consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A pesquisa foi conduzida nas reconhecidas bases de dados eletrônicas, nomeadamente Pubmed, Lilacs, Medline e Scielo, contemplando as línguas portuguesa, inglesa e espanhola.

O processo de busca, como resultado inicial, revelou uma volumosa quantidade de quatrocentas e trinta e quatro publicações, cada uma delas potencialmente elegível para inclusão nesta revisão. Subsequentemente, um refinado filtro foi aplicado, identificando os artigos que se alinharam estritamente com os seguintes critérios de inclusão: (a) abordagem sobre violência contra pessoas com deficiência; (b) enfoque específico na violência sexual contra pessoas com deficiência; (c) disponibilidade de artigos completos e de acesso gratuito; (d) data de publicação situada entre os anos de 2018 a 2022; e (e) redação em português, inglês ou espanhol. Como medida logística, optou-se pela exclusão de teses, dissertações e monografias, dada a inviabilidade prática de uma busca sistemática desses tipos de documentos.

Após análise das etapas de revisão de títulos, resumos e textos completos, nove artigos foram elegíveis para a fase subsequente desta revisão. Essa segunda fase englobou a leitura integral desses textos selecionados, proporcionando uma análise das contribuições específicas de cada estudo para o *corpus* de conhecimento sobre a violência contra pessoas com deficiência, com um foco especial na vertente da violência sexual.

Na Figura 1, encontra-se o fluxograma dos artigos que alcançaram o patamar de inclusão, proporcionando uma visualização concisa do processo de seleção.

Figura 1: Fluxograma dos artigos selecionados para revisão bibliográfica



Fonte: Produção própria, 2025.

3 RESULTADOS

Inicialmente, foram identificados um total de quatrocentos e trinta e quatro artigos. Entretanto, no decorrer do processo de triagem, nove artigos foram prontamente excluídos devido à detecção de duplicações. Posteriormente, uma seleção baseada nos títulos resultou na exclusão de trezentos e sessenta e cinco artigos, enquanto uma análise mais aprofundada dos resumos levou à exclusão de cinquenta e um artigos adicionais. Somente após essa etapa de triagem, um número restrito de nove artigos estava consonante com os critérios de inclusão delineados.

É relevante notar que a predominância dos estudos englobados nesta revisão foi publicada no ano de 2021. Essa abrangência temporal indica a contemporaneidade das pesquisas consideradas, consolidando uma perspectiva que incorpora tanto estudos de âmbito nacional quanto internacional, todos selecionados devido ao atendimento aos critérios de inclusão estabelecidos.

A Tabela 1 fornece uma compilação acerca dos autores, títulos dos artigos, anos de publicação, populações estudadas e os resultados mais relevantes dos nove estudos incorporados, os quais abarcam o período de janeiro de 2018 a abril de 2022. Dentro deste conjunto diversificado, destacam-se três estudos de natureza qualitativa, dois de abordagem descritiva, um caracterizado como metanálise, outro como uma revisão sistemática, além de um estudo de caráter populacional e um estudo ecológico, apresentando uma variedade de metodologias aplicadas para explorar distintas facetas da temática em questão.

Tabela 1: Características dos estudos incluídos na revisão bibliográfica, 2025

Autores	Título do artigo	Ano	População	Resultado
Malihi <i>et al.</i>	Prevalence of nonpartner physical and sexual violence against people with disabilities.	2021	≥ 16	Os principais perpetradores de violência física contra mulheres com deficiência revelaram-se predominantemente pais e familiares, totalizando 59,7%,

				enquanto, para homens com deficiência, estranhos assumiram a posição de principais perpetradores, representando 59,3%.
Amborski <i>et al.</i>	Sexual violence against persons with disabilities: a meta-analysis.	2021	Adultos	No que tange ao risco de vitimização sexual entre indivíduos com deficiência, observou-se uma significativa disparidade entre participantes adultos e menores, sendo o primeiro grupo mais suscetível. Destaca-se que o comprometimento sensorial emergiu como o tipo de deficiência associado ao maior risco de vitimização sexual. Surpreendentemente, as chances de vitimização sexual foram consideravelmente maiores em países africanos em comparação com outras regiões, enquanto na Europa Ocidental, as probabilidades foram notavelmente menores em comparação com os Estados Unidos.
Meseguer-Santamaría, Sánchez-Alberola e Vargas-Vargas	Intimate partner violence against women with disabilities in Spain: a public health problem.	2021	Mulheres ≥ 16	Na Espanha, dados revelam que 25,04% das mulheres experimentaram algum tipo de violência, com incidências específicas de 23,25% para violência psicológica e 14,24% para violência física ou sexual. No âmbito da violência sexual, observa-se um padrão similar, com taxas de 8,4% para mulheres sem deficiência e 12,8% para mulheres com deficiência.
Almelink <i>et al.</i>	Sexual abuse of people with intellectual	2021	Adultos	Os registros de abuso sexual contra pessoas com deficiência indicam um total

	disabilities in residential settings: a 3-year analysis of incidents reported to the Dutch Health and Youth Care Inspectorate.		18-29 anos	de 186 relatos de incidentes, destacando a prática por parte de clientes e profissionais. A maioria das vítimas era do sexo feminino, com idades compreendidas entre 18 e 29 anos.
Concha e Pérez	World scientific production analysis in forced sterilization of women with disabilities between 1997 - 2016.	2019	Mulheres	Analizando a produção acadêmica, percebeu-se que a maior produtividade se concentra no período entre 2007 e 2016, com autoria predominantemente feminina, apresentações em formato de revisão de literatura e divulgação majoritária em inglês, proveniente principalmente de universidades e do ativismo de mulheres com deficiência.
Rittmannsberger; Weber; Lueger-Schuster	Social reactions to disclosure of sexual violence in female adults with mild to moderate intellectual disabilities: a qualitative analysis of four cases.	2020	Mulheres	As reações sociais atribuídas a situações de violência indicam uma variedade de respostas, incluindo apoio emocional e ajuda tangível, egocentrismo, culpabilização e infantilização. Curiosamente, os participantes atuais não relataram reações sociais estigmatizantes.
Dunkle <i>et al.</i>	How do programmes to prevent intimate partner violence among the general population impact women with disabilities? Post-hoc analysis of three randomised controlled trials.	2020	Mulheres	No contexto da prevenção de violência, mulheres com e sem deficiência apresentaram resultados semelhantes. Contudo, em aspectos socioeconômicos, de saúde e uso de substâncias, observou-se uma maior variação, com mulheres com deficiência relatando resultados tanto melhores quanto piores do que mulheres sem deficiência, sem um padrão claro nessas discrepâncias.

Aker e Johnson	Sexual abuse and violence against people with intellectual disability and physical impairments: characteristics of police-investigated cases in a Norwegian national sample.	2019	Mulheres	O número total de supostas vítimas alcançou 175 em 74 casos, sendo a maioria (71,2%) do sexo feminino, enquadradas como vítimas de crime sexual. Globalmente, 30% de todos os casos resultaram em sanção penal.
Nobrega <i>et al.</i>	Validação da tecnologia educacional "Abuso não Vai Rolar" para as jovens com deficiência intelectual.	2021	Adolescentes mulheres	Os resultados da avaliação da tecnologia educacional "Abuso não Vai Rolar" apontaram uma validação substancial, com um elevado índice geral de concordância, considerando todos os itens e domínios avaliados. O Índice de Validação de Conteúdo (IVC), com o ponto de corte estabelecido em 0,80, foi empregado, e os dados qualitativos foram submetidos à análise temática de conteúdo.

Fonte: Produção própria, 2025.

Dentre os estudos analisados, destacaram-se as pesquisas conduzidas por Malihi *et al.* (2021), Rittmannsberger, Weber e Lueger-Schuster (2020) e Sikweyiya *et al.* (2022), os quais elegeram as entrevistas como instrumento primordial para a coleta de dados. Malihi *et al.* (2021) empreenderam uma exploração, abordando não apenas aspectos ligados aos tipos de deficiência, mas também investigando a ocorrência de violência física e sexual contra pessoas com deficiência no período compreendido entre os anos de 2017 e 2019, estendendo-se por três distintas regiões da Nova Zelândia.

Em outra abordagem, Rittmannsberger, Weber e Lueger-Schuster (2020) optaram por entrevistas em profundidade, aliadas a uma análise de conteúdo, visando compreender a interseção entre a deficiência física, a construção de masculinidades e as experiências ou perpetração de violência entre homens adultos com deficiência

física. Esses homens participaram de intervenções destinadas a prevenir a violência contra parceiros íntimos, um contexto que abarcou territórios diversos, como Gana, Ruanda e África do Sul.

Nobrega *et al.* (2021) contribuíram para esse panorama com uma abordagem qualitativa, fazendo uso de questionários como ferramenta central para coletar dados relativos à tecnologia assistiva educativa direcionada à educação sexual de adolescentes do sexo feminino com deficiência intelectual. Vale ressaltar o emprego do IVC como um mecanismo de rigor metodológico. Por outro lado, Meseguer-Santamaría, Sánchez-Alberola e Vargas-Vargas (2021) adotaram uma perspectiva que utilizou questionários realizados por meio de Entrevistas Pessoais Assistidas por Computador (CAPI) em um estudo ecológico, abrangendo visitas domiciliares na Espanha.

A pesquisa de Aker e Johnson (2019) delineou um enfoque quantitativo robusto, valendo-se de dados cadastrais extraídos do Sistema de Registro Norueguês Eletrônico (STRASAK) para reunir informações entre outubro de 2015 e dezembro de 2017 na Noruega. Em uma investigação descritiva, longitudinal-retrospectiva, Concha e Pérez (2019) realizaram uma revisão de literatura, abrangendo o extenso período entre os anos de 1997 e 2016.

Amelink *et al.* (2021) realizaram uma análise descritiva, examinando relatórios sobre violência sexual contra pessoas com deficiência intelectual submetidos à Inspeção Holandesa de Saúde e Assistência à Juventude por organizações de saúde. Este estudo abrangeu o período entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019, especialmente concentrando-se em ambientes residenciais para pessoas com deficiência intelectual na Holanda. Amborski *et al.* (2021) realizaram uma metanálise sobre violência sexual contra pessoas com deficiência, abrangendo estudos publicados entre 1970 e 2018, tanto em francês quanto em inglês.

No contexto brasileiro, o programa “*Abuso não Vai Rolar*”, iniciativa validada com a concordância de juízes especialistas, consolidou-se como uma tecnologia educacional estratégica voltada para a prevenção do abuso sexual entre jovens com deficiência intelectual. A validade nos itens e domínios avaliados reforça a eficácia

dessa abordagem na mitigação do problema e destaca sua relevância em contextos educacionais específicos (Nobrega *et al.*, 2021).

Em síntese, os resultados obtidos a partir dessas distintas investigações indicaram uma prevalência significativa de vítimas do sexo feminino em casos de abuso sexual, sendo os familiares os principais perpetradores, enquanto para homens, os agressores tendem a ser predominantemente desconhecidos. A constatação de que a taxa de vitimização sexual é notavelmente mais elevada entre adultos com deficiência em comparação com menores reforça a urgência de medidas eficazes de prevenção e intervenção. Além disso, os achados destacaram que mulheres com deficiência não estão imunes à violência perpetrada por parceiros íntimos, clientes e até mesmo profissionais cuidadores. No que concerne às reações sociais, as vítimas de violência sexual enfrentam o estigma arraigado na sociedade.

4 DISCUSSÃO

A problemática da violência sexual contra pessoas com deficiência configura-se como um desafio premente, exigindo uma abordagem holística. O dado alarmante divulgado pela OMS, que aponta para mais de um bilhão de indivíduos enfrentando obstáculos funcionais, destaca a complexidade inerente a esse cenário. A ampliação da definição de deficiência pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adicionando uma perspectiva multidimensional, instiga a necessidade de uma compreensão mais profunda da interação entre o indivíduo e o ambiente (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2014; World Health Organization, 2012).

Essa abordagem transcende visões convencionais centradas exclusivamente na saúde, ressaltando a deficiência como fenômeno de natureza social e política. O contexto delineado pela interseção entre mais de um bilhão de pessoas em desafios funcionais diários e a expansão conceitual promovida pela Convenção demanda uma análise apurada. Esse cenário complexo serve como base substancial para a avaliação da violência sexual direcionada a pessoas com deficiência, com o intuito de escrutinar a eficácia das salvaguardas jurídicas diante desta realidade desafiadora.

A análise da violência contra pessoas com deficiência ganha relevância quando se examina o suporte social, um elemento-chave destacado por Rittmannsberger, Weber e Lueger-Schuster (2020). A discrepância entre o suporte fornecido e o percebido assume uma posição central na moldagem das experiências traumáticas enfrentadas por esses indivíduos, evidenciando a importância de abordagens que considerem as nuances dessa interação social na compreensão mais ampla do fenômeno.

Amborski *et al.* (2021) ampliaram o escopo ao enfatizar, de maneira abrangente, a magnitude global da violência sexual, que impacta indiscriminadamente homens e mulheres de todas as idades. O estudo destacou grupos específicos, como mulheres, crianças e minorias étnicas e de gênero, como particularmente suscetíveis à vitimização sexual, promovendo uma visão holística da problemática que transcende fronteiras demográficas.

A complexidade inerente ao termo deficiência foi abordada por Malihi *et al.* (2021), considerando suas diversas manifestações, que vão desde limitações de atividades até restrições de participação, incluindo categorizações como doença, acidente, deficiência física, intelectual ou relacionada à saúde mental. Além disso, as deficiências podem apresentar-se de forma visível ou oculta, ser temporárias ou permanentes, o que amplia a abrangência do conceito e destaca a necessidade de uma abordagem multidimensional para sua compreensão.

4.1 Tecnologia digital e proteção contra a violência sexual: avanços e lacunas no contexto da deficiência

O advento das tecnologias digitais tem proporcionado novas oportunidades para a promoção da segurança e da autonomia das pessoas com deficiência. A implementação de recursos como aplicativos de denúncia com acessibilidade, plataformas de educação sexual inclusiva e canais de comunicação adaptados pode ser determinante na prevenção da violência sexual. Entretanto, o meio digital também tem se mostrado um ambiente de risco, especialmente para adolescentes e jovens

com deficiência intelectual, sensorial ou de comunicação, os quais frequentemente não reconhecem abusos virtuais ou têm dificuldade para relatar tais situações.

A literatura revela que, embora haja experiências promissoras no uso de tecnologias assistivas voltadas à prevenção e à educação sexual (Nobrega *et al.*, 2021; Carvalho *et al.*, 2019), a ausência de diretrizes claras quanto à proteção no ambiente online ainda constitui um entrave. Além disso, a deficiência na capacitação de profissionais e a escassez de canais acessíveis de denúncia limitam a eficácia das medidas atualmente existentes.

No cenário brasileiro, os dados do IPEA (2021) e da OMS (2012) evidenciam a subnotificação da violência sexual contra pessoas com deficiência, especialmente em contextos digitais. O desafio de garantir acessibilidade plena às plataformas de denúncia e à informação, somado ao preconceito que deslegitima o relato dessas vítimas, exige uma abordagem intersetorial e sensível às especificidades desse grupo.

Embora os estudos analisados nesta revisão sejam majoritariamente internacionais, é importante destacar que pesquisas nacionais recentes, como a de Bandeira *et al.* (2023), corroboram a ocorrência significativa de violência física, psicológica e sexual contra pessoas com deficiência no Brasil, especialmente em áreas rurais. Esses achados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas e intervenções adaptadas às especificidades do contexto brasileiro. Assim, a integração de evidências nacionais amplia a compreensão da problemática e reforça a importância de abordagens contextualizadas para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra esse grupo vulnerável.

Nesse sentido, torna-se urgente integrar o desenvolvimento tecnológico às políticas públicas de proteção, com ênfase na formação de redes digitais seguras e acessíveis. O fortalecimento da legislação para punir abusos cometidos em ambientes virtuais e a ampliação do acesso a dispositivos assistivos digitais são ações essenciais para assegurar os direitos e a integridade das pessoas com deficiência no meio digital.

CONCLUSÃO

A presente revisão empreendeu uma abordagem sobre a problemática relacionada à violência sexual perpetrada contra indivíduos com deficiência. A ênfase recaiu sobre a imprescindível conscientização acerca da exacerbada vulnerabilidade destes sujeitos face às violações sofridas. Este estudo, alinhado à carência de orientação sexual adequada, às restrições advindas da deficiência e à negligência estatal, buscou aprofundar a compreensão dessa complexidade, mediante uma análise minuciosa da violência sexual dirigida a esse estrato populacional, além de avaliar a eficácia das salvaguardas legais a eles destinadas.

O cerne da pesquisa, delineado pela indagação orientadora, como o Estado desempenha seu papel na proteção das pessoas com deficiência vítimas de violência sexual, expôs falhas e desafios enfrentados por esta demografia. Os resultados delinearam a interação entre a falta de consciência, barreiras físicas e sociais, ressaltando a premente necessidade de medidas específicas destinadas a assegurar a integridade desses indivíduos.

Ao longo da análise, emergiu uma percepção inequívoca acerca da amplitude da vulnerabilidade enfrentada pelas pessoas com deficiência, abarcando desde a ausência de educação sexual adaptada até a ineficácia de dispositivos legais. A negligência estatal surge como um fator de extrema gravidade, sublinhando a necessidade imperativa de aprimorar as políticas públicas para conferir uma proteção mais eficaz.

A pesquisa, de igual modo, destacou a relevância das tecnologias assistivas, emergindo como instrumentos promissores no enfrentamento da violência sexual. Essas tecnologias não se limitam a simplificar o processo de denúncia, mas também desempenham um papel crucial na promoção da conscientização e educação, robustecendo assim a resposta coletiva diante desse complexo problema. No ambiente digital, essas ferramentas adquirem ainda mais relevância, pois viabilizam a participação segura, o acesso à informação e a denúncia de abusos que ocorrem em plataformas online, redes sociais e outros espaços virtuais.

Contudo, é essencial reconhecer a interação entre fatores sociais, culturais e tecnológicos, o que ressalta a urgência premente de empreender pesquisas em

diferentes contextos. Esta necessidade requer uma abordagem detalhada para compreender integralmente suas ramificações e implicações. Neste contexto, propõe-se uma agenda de pesquisa futura, incorporando estudos acerca da eficácia das tecnologias assistivas e análises minuciosas da implementação das políticas públicas de proteção.

A compreensão da dinâmica da conscientização social e educação, aliada à inclusão ativa das vozes das pessoas com deficiência em pesquisas, constitui-se como um passo fundamental para avançar na compreensão e resolução efetiva da violência sexual. Esta abordagem colaborativa é essencial para forjar uma sociedade mais justa, inclusiva e segura para todos, transcendendo as fronteiras jurídicas e incorporando ações coordenadas que abrangem conscientização, educação, tecnologia e reformas legais. Somente através desses esforços integrados será possível garantir uma proteção eficaz para indivíduos com deficiência, promovendo uma sociedade verdadeiramente inclusiva e respeitosa com a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

AMELINK, Quirine *et al.* Sexual abuse of people with intellectual disabilities in residential settings: a 3-year analysis of incidents reported to the Dutch Health and Youth Care Inspectorate. *BMJ Open*, v. 11, n. 12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2021-053317>. Acesso em: 13 jun. 2025.

AMBORSKI, Amylee Mailhot *et al.* Sexual violence against persons with disabilities: a meta-analysis. *Trauma, Violence & Abuse*, v. 23, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838021995975>. Acesso em: 20 jun. 2025.

AKER, Tom; JOHNSON, Miriam. Sexual abuse and violence against people with intellectual disability and physical impairments: characteristics of police-investigated cases in a Norwegian national sample. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, v. 33, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jar.12656>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BANDEIRA, Daniel *et al.* Violência contra pessoas com deficiência no meio rural brasileiro: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 26, e230012, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720230012>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

BUBLITZ, Michelle Dias. Conceito de pessoa com deficiência: comentário à ADPF 182 do STF. *Revista da AJURIS*, v. 39, n. 127, 2012. Disponível em: <https://revistadaajuris.ajuris.org.br/index.php/REVAJURIS/article/view/772>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CARVALHO, Aline Tomaz *et al.* Design instrucional na enfermagem: tecnologias assistivas para cegos e surdos. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 24, 2019.

Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5380/ce.v24i0.62767>. Acesso em: 25 ago. 2024.
CONCHA, Andrea Yupanqui; PÉREZ, Victoria Ferrer. Análisis de la producción científica mundial sobre esterilización forzada de mujeres con discapacidad entre 1997 y 2016. *Gac Sanit*, v. 33, n. 4, 2019. Disponível em: <https://scielo.isciii.es/pdf/gsv33n4/0213-9111-gs-33-04-381.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014. Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2024.

DUNKLE, Kristin et al. Effective prevention of intimate partner violence through couples training: a randomised controlled trial of Indashyikirwa in Rwanda. *BMJ Global Health*, v. 5, n.12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2020-002439>. Acesso em: 18 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Nota técnica nº 54. Violência contra pessoas com deficiência: o que dizem os dados da saúde pública? Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, 2021a. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10897/1/NT_54_Diest_ViolenciaContraPessoas.pdf. Acesso em: 26 mai. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da Violência. Daniel Cerqueira *et al.*, São Paulo: FBSP, 2021b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Violência contra pessoas com deficiência. Atlas da violência. Brasília, 2025. Disponível em: [5999-atlasdaviolencia2025.pdf](https://atlasdaviolencia2025.pdf). Acesso em: 05 de ago. 2015.

MALIH, Zarintaj A. *et al.* Prevalence of Nonpartner Physical and Sexual Violence Against People With Disabilities. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 61, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2021.03.016>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI Fátima Elisabeth. Violência sexual contra pessoas com deficiência nos últimos 10 anos: uma revisão sistemática. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 22, n. 00, p. e021013, 2021. DOI: 10.30715/doxa.v22i00.15335. Disponível em: Acesso em: 5 ago. 2025.

MEYER, Sarah *et al.* A scoping review of measurement of violence against women and disability. *PLoS ONE*, v. 17, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0263020>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MESEGUER-SANTAMARÍA, Maria Letícia; SÁNCHEZ-ALBEROLA, Francisco; VARGAS-VARGAS, Manuel. Intimate partner violence against women with disabilities in Spain: a public health problem. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18020728>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NOBREGA, Keise Bastos Gomes *et al.* Validação da tecnologia educacional “Abuso não Vai Rolar” para as jovens com deficiência intelectual. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.09032021>. Acesso em: 17 jul. 2023.

NORWAY. Act no. 10 of 1902, The General Civil Penal Code, 2 May 1902. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/5d4bdc564.html>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RITTMANNBERGER, Doris; WEBER, Germano; LUEGER-SCHUSTER, Brigitte. Social reactions to disclosure of sexual violence in female adults with mild to moderate intellectual disabilities: a qualitative analysis of four cases. *International Journal of Developmental Disabilities*, v. 68, n. 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/20473869.2020.1729017>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SIKWEIYA, Yandisa *et al.* Intersections between disability, masculinities, and violence: experiences and insights from men with physical disabilities from three African countries. *BMC Public Health*, v. 22, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13137-5>. Acesso em: 16 ago. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Relatório mundial sobre a deficiência. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em:

*VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: DESAFIOS NO AMBIENTE DIGITAL,
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E PROTEÇÃO
JURÍDICA*

*Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos
Amanda Pereira Risso Saad
Arino Faria da Silva
Ady Faria da Silva
Graciele da Silva*

https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/09/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 11 mai. 2025.